

## **O Brasil colonial nos quadros da economia-mundo européia**

Jales Dantas da Costa<sup>1</sup>

### Resumo

O objetivo do artigo é mostrar a inserção do Brasil na economia-mundo européia capitalista durante o “longo século XVI” (1450-1650). Período compreendido pelo primeiro ciclo sistêmico de acumulação genovês e o concomitante processo de decadência e desintegração do sistema de governo da Europa medieval, e formação do subsistema regional de cidades-Estados capitalista no norte da Itália, visto desde o centro; e pelo processo de colonização das terras brasileiras, desde o estabelecimento de feitorias, passando pelo início da ocupação efetiva até a etapa de rápida expansão da produção de açúcar, visto desde a periferia.

### Abstract

The objective of the article is to show the insertion of Brazil in the European capitalist world-economy during the "long sixteenth century" (1450-1650). Period understood by the first cycle of systemic accumulation Genoese and concomitant process of decay and disintegration of the steering system of medieval Europe, and formation of subsystem-regional of capitalist city-states in northern Italy, seen from the center, and the process of colonization of Brazilian land, since the establishment of trading posts, through the effective start of the occupation until the stage of rapid expansion of sugar production, seen since the periphery.

Palavras-Chave: economia-mundo européia; ciclo sistêmico de acumulação; Brasil.

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor da Universidade de Brasília.

## I. Introdução

A incorporação de partes do continente americano na economia-mundo européia foi uma realidade dos séculos XVI e XVII. É certo que parte do território brasileiro fora absorvido por este sistema-mundo em formação. O estudo do que podemos chamar de primeira fase de inserção do Brasil na economia-mundo européia capitalista é o objetivo deste artigo, que assim como Celso Furtado preocupamo-nos “em descortinar uma perspectiva o mais possível ampla”. Auxilia-nos nesta busca, por um lado, o desenvolvimento teórico da Economia Política dos Sistemas-Mundo e o estudo histórico da formação e expansão do Moderno Sistema Mundial. Por outro, o retrato da formação do Brasil colônia retratados nos clássicos “Formação Econômica do Brasil” de Celso Furtado e “História Econômica do Brasil” de Caio Prado Júnior entre outros autores.

Como assinalou Bertha K. Becker e Cláudio A. G. Egler no livro “Brasil: uma nova potencia regional na economia-mundo”, um dos poucos trabalhos que seguem nesta perspectiva, “trata-se de um processo que manifesta um duplo movimento: de um lado os efeitos da dinâmica do sistema capitalista mundial sobre sua formação sócio-espacial [do Brasil] e de outro as componentes locais que influem nesta formação e no desenho de suas regiões”. Mas diferentemente destes autores que utilizam como matriz-temporal da economia-mundo em seus estudos às curvas de logística e às ondas de Kondratieff, nosso artigo toma como unidade temporal de referência os ciclos sistêmicos de acumulação, precisamente as fases de expansão material e financeira do primeiro ciclo sistêmico de acumulação genovês.

Além desta apresentação, apresentaremos (parte II) a estrutura teórico-conceitual em que o estudo se apóia. O modelo de análise das economias-mundo proposto por Immanuel Wallerstein – a análise da divisão do espaço (centro, semiperiferia e periferia) e das ordens (econômica, política, social e cultural) das economias-mundo –, e a dinâmica da economia-mundo européia em face das divisões do tempo, tendo por base o comportamento dos ciclos sistêmicos de acumulação elaborado por Giovanni Arrighi.

Posteriormente (partes III e IV) voltamo-nos a acompanhar o processo de incorporação do Brasil na economia-mundo européia.

## Parte II: Estrutura teórica e conceitual

Começaremos por esclarecer o arcabouço teórico e os conceitos centrais em que nosso estudo se baseia. O quadro teórico fundamenta-se nos trabalhos de Immanuel Wallerstein, Fernand Braudel e Giovanni Arrighi. Estes autores tomaram a formação e expansão das “economias-mundo”, em particular da “economia-mundo européia”, como a unidade espacial de análise apropriada ao estudo da mudança social moderna. Por economia-mundo entende-se o espaço ocupado por “apenas um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica” (Braudel, 1998, p.12).

Já há muito tempo às economias-mundos estiveram presentes na história da humanidade. Braudel afirma que a Fenícia antiga já esboçava uma economia-mundo. Cartago, o universo helenístico, o Islã e Roma também faziam parte dos fragmentos do universo economicamente autônomos. Para este historiador, é a partir do século XI que a Europa elabora o que virá a ser sua primeira economia-mundo. Wallerstein vê este processo se realizar séculos mais tarde, durante o “longo século XVI”, período que se estende de 1450 até 1640.

Braudel elaborou uma tipologia das economias-mundo, descreveu algumas “regras tendências” que as definem. A primeira revela que seu espaço varia lentamente.

“Os limites de uma economia-mundo situam-se onde começa uma outra economia do mesmo tipo, ao longo de uma linha, ou melhor de uma zona que, de um e outro lado, não há vantagens, economicamente falando, em transpor, a não ser em casos *excepcionais*. Para o grosso dos tráficos, e nos dois sentidos, a perda ultrapassaria o ganho. Por isso, como regra geral, as fronteiras das economias-mundos se apresentam como zonas pouco animadas, inertes”. (Braudel, 1998, p.16-7, grifo no original).

Para Wallerstein, o espaço ocupado pela economia-mundo européia em sua primeira etapa formativa compreendia uma vasta área, que incluía grande parte da Europa, regiões da América, incluindo algumas áreas do litoral (e interior?) do Brasil e possivelmente parte da costa africana. Mais especificamente,

“A finales del siglo XVI la economía-mundo europea incluía no sólo el noroeste de Europa y el Mediterráneo cristiano (comprendida la península Ibérica) sino también Europa central y la región báltica. Incluía también ciertas regiones de las Américas: Nueva España, las Antillas, Tierra Firme, Perú, Chile, Brasil; o, mejor dicho, aquellas partes de estas regiones que estaban sometidas a un control administrativo efectivo por parte de los españoles o de los portugueses. Las islas atlánticas y tal vez algunos enclaves en la costa africana podrían ser incluidos (...) No existen líneas de demarcación claras y sencillas, pero considero que lo más fructífero es considerar el mundo europeo del siglo XVI como contruido a partir del entrelazamiento de dos sistemas primitivamente más separados, el sistema mediterráneo cristiano centrado en las ciudades del norte de Italia, y la red de comercio entre Flandes y la Hansa en el norte y el noroeste de Europa, y la adición a este nuevo conjunto del este del Elba, Polonia y algunas otras áreas de Europa oriental, por una parte, y por la otra de las islas atlánticas y partes del Nuevo Mundo”.

(Wallertein, 1999, p.94)

Para estes autores a questão da inclusão de áreas no interior de uma economia-mundo capitalista não passa simplesmente pelo vínculo comercial entre diferentes espaços. Como então distinguir as áreas pertencentes a uma economia-mundo, em particular sua periferia e às áreas externas a mesma?

“La periferia de una economía-mundo es aquel sector geográfico de ella en el cual la producción es primariamente de bienes de baja categoría (esto es, de bienes cuya mano de obra es peor remunerada), pero que es parte integrante del sistema global de la división del trabajo, dado su uso diario. La arena externa de una economía-mundo está compuesta por aquellos otros sistemas mundiales con los cuales una economía-mundo dada mantiene algún tipo de relaciones comerciales, basadas primariamente en el intercambio de objetos preciosos, lo que a veces se ha llamado “comercios ricos””.

(Wallertein, 1999, p.426)

Outra regra tendencial mostra que no espaço ocupado por determinada economia-mundo haverá sempre a presença de um único “pólo” dominante, isto é, de uma cidade que pelo menos já esboce um certo “capitalismo dominante”: “Uma economia-mundo possui sempre um pólo urbano, uma cidade no centro da logística de seus negócios: as informações, as mercadorias, os capitais, os créditos, as cartas comerciais chegam a ela e dela voltam a sair. Nela, quem dita as leis são grandes comerciantes, por vezes excessivamente ricos”. (Braudel, 1998, p.20)

Tal pólo urbano nunca está só, vive cercado de outras cidades que o assiste e o serve, o que representa um primeiro sinal pelo qual se pode distinguir esta “supercidade” das demais. É através das custas do “sacrifício desejado ou não” destas outras cidades que o pólo urbano mantém o seu “alto nível de vida”. Mas uma “cidade-mundo” não mantém tal posição de destaque eternamente. Há também outras “cidades com vocação

internacional” que a rivalizam constantemente, e que um dia uma dessas acaba por substituí-la de vez. Nas palavras de Braudel (1998, p.24), “o sucesso de um é, num prazo mais ou menos longo, o recuo do outro”, prazo que varia de um a dois séculos!

“As cidades dominantes não são *in aeternum*: substituem-se umas às outras. Verdade na cúpula, verdade a todos os níveis da hierarquia urbana. Essas transferências, onde quer que se produzam (no cume ou na encosta), de onde quer que venham (por razões puramente econômicas ou não), são sempre significativas: rompem histórias tranqüilas e abrem perspectivas tanto mais preciosas quanto são raras”. (idem, p.22).

Quando o pólo urbano é substituído, os abalos desta transformação podem ser sentidos presumivelmente em todo o círculo deste universo, até mesmo na periferia mais longínqua. E mais, estas repercussões nunca são exclusivamente econômicas, chega mesmo a alcançar a outros maciços grupos da história, a cultura, a política, a sociedade... Estas substituições fazem mudar não somente de endereço as “capitais” das economias-mundos, mudam também os “arsenais” pelas quais estas exercem a dominação sobre as demais regiões que as envolvem. Ao longo da história, tanto as formas de dominação econômica como política, a despeito da navegação, dos negócios, das indústrias, dos créditos, da violência política e outras, vão armando mais ou menos bem estas cidades centrais.

Uma última regra clareia o esquema espacial da economia-mundo. Há pelo menos três áreas distintas: “um centro restrito, regiões secundárias bastante desenvolvidas e finalmente enormes margens exteriores. E, obrigatoriamente, as qualidades e características da sociedade, da economia, da técnica, da cultura, da ordem política, mudam conforme nos deslocamos de uma zona para a outra” (idem, p.29). No centro se encontra tudo o que há de mais avançado e diversificado. No “anel seguinte”, das regiões secundárias, nota-se a presença de apenas parte do desenvolvimento. Quanto às margens exteriores ou periferias, são sempre regiões preferidas pelo arcaísmo, pela pobreza, pelo atraso e pela exploração fácil por parte dos outros.

O funcionamento das economias-mundo é assegurado pelas desigualdades de toda ordem. No plano econômico, as desigualdades existem e persistem porque suas diversas zonas se voltam, por vontade ou não, para um mesmo e único ponto, a zona central. E isto é possível devido às múltiplas ligações entre todos os mercados abarcados por esse imenso espaço. Estas ligações entre cadeias de mercados locais e regionais vão sendo

organizadas por uma cidade dominante ao longo dos séculos. Periodicamente, as economias locais são integradas, reordenadas racionalmente em benefício de uma zona e de uma cidade dominante, e isto por um ou dois séculos até que um novo “organizador” venha a surgir. “É como se a *centralização* e a *concentração* dos recursos e das riquezas se processassem necessariamente a favor de certos lugares de eleição da *acumulação*”. (idem, p.26, grifo do autor)

Mas nem todas as economias foram totalmente integradas, reordenadas. Existem espaços, mesmo na atualidade, em que determinadas economias locais ainda não foram integradas em favor do organizador. São as “zonas neutras” que se situam fora das margens do mercado, que permanecem “quase fora das trocas e das misturas”. São zonas que vivem à margem da história triunfante, e que acabam por semear o mapa do mundo com inúmeras “manchas brancas onde não há escuta”. Já no espaço semeado pelas manchas escuras, onde há escuta, é que se encontram ao mesmo tempo às realidades da história triunfante, todos os conjuntos envolvidos, os Estados, as sociedades, as culturas e as economias, que de alguma forma nele interferem.

“seja qual for a evidência das sujeições econômicas, sejam quais forem as suas conseqüências, seria um erro imaginar a ordem da economia-mundo governando toda a sociedade, determinando, por si só, as outras ordens da sociedade. Pois há outras ordens. Uma economia nunca está isolada. O seu território, o seu espaço são os mesmos onde se instalam e vivem outras entidades – a cultura, o social, a política – que incessantemente interferem nela para favorecer, ou então para a contrariar”. (idem, p.35).

As geografias diferenciais também estão presentes nos demais conjuntos, além do econômico. Assim, um determinado Estado surge dividido em três zonas: a capital, cujo poder central lhe pertence e o objetivo é sempre preservá-lo, o que é feito através da constante vigilância dos acontecimentos mais próximos e mais distantes a ela. Os mais próximos se dariam na zona provincial (semiperiferia), enquanto os mais longes na zona colonial (periferia). “Com efeito, no centro da economia-mundo aloja-se sempre, forte, agressivo, privilegiado, um Estado fora de série, dinâmico, ao mesmo tempo temido e admirado”. (idem, p.40)

Os Estados situados no centro das economias-mundos não poderiam deixar de ser fortes, de ser capazes de aumentar as cargas fiscais em caso de necessidade, de garantir o

crédito e liberdades mercantis, de “disciplinar o povão das cidades”. No entanto, tais Estados também estão

“mais ou menos dependentes de um capitalismo precoce, já com dentes crescidos. O poder é partilhado entre eles e ele. Nesse jogo, sem sucumbir a ele, o Estado mergulha no próprio movimento da economia-mundo. Servindo aos outros, servindo ao dinheiro, ele serve a si mesmo”. (idem, p.42).

Mas se no centro os governos não de ser fortes, o mesmo não acontece nas suas periferias. Nelas, “os governos respiram mal no vasto mundo”. E tudo muda ainda mais, quanto mais se afasta da região central, isto é, quanto mais próximo se está das margens de uma economia-mundo. “É aí que se situam colônias que são populações escravas despojadas do direito de se governarem”. (idem, p.43)

Quanto às formas sociais, Braudel (idem, p.50-53) chega a se questionar “até onde vão, por exemplo, no espaço, a escravatura, a servidão, a sociedade feudal?” Para em seguida afirmar que “a sociedade muda completamente segundo o seu espaço”. Numa dada economia-mundo, ao longo dos séculos, mudar de uma zona para a outra, da região periférica à central, é passar seqüencialmente da escravatura, para a servidão e ao assalariado.

Os modos sociais de exploração se revezam, se complementam. O que é possível existir no seio de uma economia-mundo não o é nas diversas periferias. Isto porque é no centro que está à abundância dos homens, das transações. Na periferia este número é reduzido, as transações não obedecem à mesma velocidade e volume. Em suma, de uma ponta a outra do espaço econômico há regressão econômica, regressão histórica.

Para Wallerstein, “(...) o modelo da economia-mundo, no seu testemunho social, estabelece que há coexistência dos “modos de produção”, do escravagismo ao capitalismo, que este só pode viver cercado pelos outros, em detrimento dos outros” (idem, p.53). Os modos de produção mais avançados dependem dos menos avançados, e vice versa. E essa dependência mútua vem necessariamente acompanhada de intensos conflitos sociais. Em toda sociedade há mesmo a presença de forças em conflito, pois não há sociedade sem hierarquia.

Além da análise da divisão do espaço (centro, semiperiferia e periferia) e das ordens (econômica, política, social e cultural) das economias-mundo, é preciso ainda se ater à questão temporal.

“Dividir segundo o espaço é indispensável. Mas é necessário também uma unidade temporal de referência. Pois, no espaço europeu sucederam-se várias economias-mundos. Ou melhor, a economia-mundo européia mudou várias vezes de forma desde o século XIII, deslocou o seu centro, redefiniu as suas periferias. Então, não deveremos perguntar-nos qual é, para uma dada economia-mundo, a unidade temporal de referência mais longa e que, a despeito de sua duração e das múltiplas alterações, conserva, ao longo do tempo, uma inegável coerência? De fato, sem coerência não há medida, quer se trate do espaço, ou do tempo”. (Braudel, 1998, p.58).

O problema é que na análise das economias-mundo o interesse está em examinar as flutuações e oscilações lentas. E como se sabe, a história conjuntural não se interessa pelos tempos longos e sim pelos curtos. Ainda, o exame da história conjuntural é extremamente complexo e incompleto.

“Há múltiplas conjunturas, que afetam a economia, a política, a demografia, mas também as tomadas de consciência, as mentalidades coletivas, uma criminalidade com os seus altos e baixos, as sucessivas escolas artísticas, as correntes literárias, até as modas. (...) Só a conjuntura econômica foi estudada a sério, quando não levada às suas últimas conclusões”. (idem, p.59).

Na conjuntura econômica, sobretudo a dos preços, nota-se a incessante variação destes já desde os séculos pré-industriais. E o importante a se observar é que estas flutuações representam um sinal da instalação precoce de redes de mercados. Ao estudarem as oscilações dos preços os economistas deduziram diversos movimentos (ciclos), uns mais curtos (conjunturais) outros mais longos (estruturais). Assim, *Kitchin* aparece representando um ciclo curto, com duração de 3 a 4 anos; *Juglar*, outro ciclo, com duração de 10 à 12 anos; o ciclo de *Kondratieff* com duração aproximada de 50 anos; por fim, o *Trend* secular ou ciclo secular, *record* de duração, estende-se através dos séculos.

Não há consenso entre os formuladores da teoria do sistema-mundo na escolha da unidade temporal de análise apropriada para o estudo do desenvolvimento da economia mundial capitalista. Enquanto Braudel dá atenção especial ao *Trend* secular, Wallerstein



utiliza os ciclos de Kondratieff e Arrighi adotou o que chamou de “ciclos sistêmicos de acumulação”.

Lançar luz sobre os efeitos da dinâmica dos ciclos sistêmicos na formação econômica do Brasil é um desafio que pretende ser ensaiado neste artigo. Assim, começamos por apresentar o conceito de ciclo sistêmico de acumulação, seu objetivo central e suas limitações.

Segundo Arrighi, cada ciclo sistêmico de acumulação é composto por uma fase de expansão material – onde o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos – seguida por uma fase de expansão financeira – onde uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria e a acumulação prossegue através de acordos financeiros. A evolução dos sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação procura retratar o padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial.

“a idéia de sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação derivou da observação de Braudel de que todas as grandes expansões comerciais da economia capitalista mundial anunciaram sua “maturidade” ao chegarem ao estágio de expansão financeira. Seguindo Braudel, identificamos o início das expansões financeiras com o momento em que os principais agentes empresariais da expansão comercial anterior deslocam suas energias e seus recursos do comércio de mercadorias para o comércio de moedas. E, como Braudel, tomamos a repetição desse tipo de expansão financeira como a principal expressão de uma certa unidade da história capitalista, desde o fim da Idade Média até nossos dias”. (Arrighi, 1997, p.88)

A economia capitalista mundial expande-se por uma única via de desenvolvimento nas fases de expansão material. Nestes períodos, dois tipos de cooperação se desenvolvem entre os centros de acumulação. Nas fases iniciais das expansões do comércio, cada centro de comércio é “protegido pela distância espacial e/ou funcional que separa seu negócio dos negócios de todos os outros centros, e da divisão do trabalho que faz com que a lucratividade e segurança dos negócios de cada centro dependam da lucratividade e segurança dos negócios de todos os demais”. Tal cooperação origina-se de uma “fragilidade estrutural das pressões competitivas”. (idem, p.95)

Mas na medida em que uma massa expressiva de capital busca investimento no comércio e acaba por precipitar uma “redução drástica” nos lucros do capital, a

cooperação entre os centros transforma-se numa “briga de irmãos hostis”, num tipo de competição selvagem em que o objetivo passa a ser “tirar os outros centros de atividade, mesmo que isso signifique sacrificar os próprios lucros durante o tempo necessário para atingir esse objetivo”. (idem, p.92).

No decorrer das lutas que se seguem ao final da expansão comercial se desenvolve um novo tipo de cooperação dentro e entre os centros de comércio. Esta nova cooperação, diferentemente da primeira, origina-se de uma “intensidade estrutural das pressões competitivas”. “Nessa situação, a cooperação entre os centros só pode ter sucesso na promoção da segurança geral e da lucratividade do comércio quando consegue refrear a tendência dos centros a reinvestir os lucros do comércio numa nova expansão comercial” (idem, p.96).

A súbita intensificação da concorrência capitalista é também o momento que singulariza todas as fases de expansão financeiras<sup>2</sup>. Além deste traço, há também outros que marcam as fases finais dos ciclos sistêmicos. A alienação do Estado aos interesses monetários é mais um destes. É que o capital excedente que já não mais encontra investimentos lucrativos no comércio passa a financiar as atividades bélicas dos Estados. “O que os grupos capitalistas já não podiam investir com lucro no comércio, eles passaram a investir na tomada pela força dos mercados ou territórios dos concorrentes, tanto como um fim em si quanto como um meio de se apropriarem dos bens e da receita futura do Estado dentro do qual operaram” (idem, p.94). A intensificação da concorrência intercapitalista articula-se assim com a concorrência interestatal.

A forma que assume a competição interestatal e interempresarial tem conseqüências profundas no modo de funcionamento do moderno sistema mundial, enquanto modo de governo e modo de acumulação. Para Arrighi, não basta apenas enfatizar a ligação histórica entre a concorrência interestatal e interempresarial, mais também especificar a forma que ela assume e como se modifica no tempo. A definição de “capitalismo” e “territorialismo” como lógicas opostas de poder é central para esse entendimento.

“Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/o capital como um meio ou um

---

<sup>2</sup> Notar que os ciclos sistêmicos consecutivos de acumulação se superpõem.

subproduto da busca de expansão territorial. Os governantes capitalistas, ao contrário, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital.” (Arrighi, 1997, p.33)

A relação entre estes modos opostos de governo é anterior ao aparecimento dos ciclos sistêmicos. Voltaremos a observar esta relação para o período que nos ocupa. Por agora, cabe-nos registrar outros traços das fases de expansão financeiras. A saber, a colheita dos frutos de uma fase anterior de expansão material, sobretudo através das altas finanças e do consumo de produtos culturais. E, por fim, as transformações fundamentais dos agentes governamentais e empresariais e das estruturas dos processos de acumulação de capital em escala mundial – as “revoluções organizacionais” nos processos de acumulação de capital –, também sempre ocorreram ao final dos ciclos sistêmicos.

Ao contrário das fases de expansão materiais, as fases de expansão financeira constituem períodos de mudanças descontinuas, “durante as quais o crescimento pela via estabelecida já atingiu ou está atingindo seus limites e a economia capitalista mundial “se desloca”, através de reestruturações e reorganizações radicais, para outra via” de desenvolvimento. (idem, p.9)

Devemos ainda sublinhar que tanto as expansões como as reestruturações da economia capitalista mundial, ocorreram sob a liderança de determinadas comunidades e blocos de agentes governamentais e empresariais. O objetivo central do conceito de ciclo sistêmico de acumulação é descrever e elucidar a formação, consolidação e desintegração das sucessivas estratégias e estruturas através das quais estes agentes promovem, organizam e regulam a expansão ou a reestruturação da economia capitalista mundial, desde seu embrião subsistêmico do fim da Idade Média até a atualidade.

Os limites deste conceito estão no fato de que os ciclos sistêmicos restringem-se a noção de “capitalismo” elaborada por Fernand Braudel.

“A idéia dos CSA (...) deriva diretamente da idéia braudeliana do capitalismo como a camada superior “não especializada” da hierarquia do mundo do comércio. Nessa camada superior é que se fazem os “lucros em larga escala”. Nela, os lucros não são grandes apenas porque a camada capitalista “monopolize” as atividades econômicas mais lucrativas; mais importante ainda é o fato de que a camada capitalista tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para as que não se encontrem nessa situação”. (Arrighi, 1997, p.8)

Ao restringir-se a camada superior da hierarquia do mundo dos negócios, a noção dos ciclos sistêmicos apresenta sérias limitações aos propósitos do nosso estudo, justamente por fornecer apenas uma visão limitada do que se passa na semiperiferia e periferia do sistema mundial.

### Parte III: Incorporação do Brasil na economia-mundo européia

A expansão material do ciclo sistêmico de acumulação genovês (de fins do século XV a fins do século XVI) foi promovida e organizada pelos banqueiros mercantis capitalistas de Gênova, que se especializaram na compra e venda de mercadorias e na busca do lucro, em associação com os governantes territorialistas ibéricos, que se especializaram no fornecimento de proteção e na busca pelo poder.

“Essas especializações complementaram-se uma à outra e seus benefícios mútuos unificaram – e, enquanto duraram, mantiveram unidos – os dois componentes heterogêneos do agente de expansão, numa relação de intercâmbio político em que, por um lado, a busca de poder pelo componente territorialista criou oportunidades comerciais lucrativas para o componente capitalista e, por outro, a busca de lucro por este último fortaleceu a eficácia e a eficiência do aparelho produtor de proteção do componente territorialista”. (Arrighi, 1997, p.124)

Em fins do século XV a economia mundial européia entrou numa nova fase de expansão por conta da ligação comercial direta entre a Europa e as Índias Orientais e da conquista e pilhagem das Américas. Os “grandes descobrimentos” “foram aspectos integrantes da tentativa dos governantes territorialistas de desviar o comércio das cidades-Estados italianas para seus próprios domínios” (idem, p.111).

No processo de desintegração do sistema medieval de governo, a ascensão do subsistema de cidades-Estados do norte da Itália, centrado em Veneza, Florença, Gênova e Milão, já revelava por volta de 1420 para os Estados dinásticos mais bem-sucedidos da Europa Ocidental e do nordeste europeu, que os pequenos territórios poderiam conquistar grande poder, adotando a “lógica capitalista” em vez de seguir a “lógica territorialista”. “Daí por diante, as “considerações de abastança” iriam tornar-se centrais nas “considerações de poder” em toda a Europa”. (idem, p.39)

Os governantes ibéricos, liderados por agentes capitalistas genoveses<sup>3</sup>, tomaram a dianteira no processo de incorporação dos circuitos do comércio de longo prazo das outras cidades-Estados italianas. Enquanto o primeiro obteve êxito, o segundo encontrou nas Américas uma nova fonte de riqueza e poder.

É sabido que Portugal também “tropeçou” em terras americanas, mas, como observou Furtado, para os Portugueses o “descobrimento” foi durante meio século “episódio secundário”. Foi “o ouro acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e do altiplano andino (...) a razão de ser da América, como objetivo dos europeus, em sua primeira etapa de existência histórica” (2000, p.3).

O Brasil<sup>4</sup> e a maior parte das terras americanas apresentaram-se de início com pouca ou nenhuma utilização econômica. Segundo Caio Prado Júnior, “a idéia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum” dos países que toparam com a América, cujos interesses estavam voltados para o Oriente e as condições de suportar “sangrias” em suas populações eram adversas naquele momento<sup>5</sup>.

“É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por estes territórios primitivos e vazios que formam a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis. A idéia de ocupar, não como se fizera até então em terras estranhas, apenas com agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre rotas marítimas e os territórios cobiçados, mas ocupar com povoamento efetivo, isto só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas”. (Prado Júnior, 2000, p.15-16)

A colonização brasileira nas primeiras décadas do século XVI não representou mais do que o estabelecimento de precárias feitorias comerciais, com reduzido pessoal ocupado exclusivamente com o comércio de peles e madeiras, com a administração deste negócio e defesa armada. A principal atividade econômica entre 1500 e 1535 foi à

---

<sup>3</sup> Os genoveses foram expulsos por Veneza do comércio mais lucrativo do Mediterrâneo. Para a classe capitalista genovesa, a Península Ibérica “era o local mais promissor para encontrar aquilo de que ela mais precisava: sócios “produtores de proteção”, eficientes e com iniciativa, que pudessem ser seduzidos a assumir o papel antes exercido pela aristocracia rural genovesa”. (Arrighi, 1997, p.121)

<sup>4</sup> “O chamado achamento do Brasil não provocou nem de longe o entusiasmo despertado pela chegada de Vasco da Gama à Índia. O Brasil aparece como uma terra cujas possibilidades de exploração e contornos geográficos eram desconhecidos. Por vários anos, pensou-se que não passava de uma grande ilha”. (Fausto, 2006, p.16).

<sup>5</sup> A população da Europa do século XVI ainda não havia se recuperado das devastações que assolara o continente nos dois séculos anteriores. A população da Europa Ocidental em 1500 era inferior a do milênio anterior! (Caio Prado, 2000, p.16)

extração do pau-brasil<sup>6</sup>, obtido mediante troca com os índios por miçangas, peças de tecidos, facas, canivetes e quinquilharias.

A exploração do pau-brasil não deu origem a qualquer núcleo de povoamento regular e estável no Brasil. Para dedicar-se a extração da madeira era necessária uma concessão do soberano português, que cobrava direitos para sua exploração<sup>7</sup>. Desde o seu início a atividade foi considerada monopólio real, no caso dos portugueses. Já os franceses adotaram uma política mais liberal, não instituindo monopólios ou privilégios.

A margem de lucros do negócio era considerável, já que a madeira era vendida na Europa por elevados preços. Sem comparar-se com o negócio realizado no Oriente, a extração e comercialização do pau-brasil despertou interesse de outras nações européias. Portugueses e franceses traficaram ativamente com o pau-brasil na primeira metade do século XVI, e não raro confrontavam-se militarmente.

Para Celso Furtado, “o início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações européias”, que contestavam o Tratado de Tordesilhas<sup>8</sup>. “...prevalencia o princípio de que espanhóis e portugueses não tinham direito senão àquelas terras que houvessem efetivamente ocupado” (2000, p.4). Foram os franceses, com apoio governamental, que organizaram uma expedição para criar a primeira colônia de povoamento das Américas, na costa setentrional do Brasil<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> O pau-brasil, árvore de grande porte (alcança um metro de diâmetro na base do tronco e entre 10 e 15 metros de altura), se encontrava espalhado por larga parte da costa brasileira, e com relativa densidade. Seu cerne vermelho era usado como corante e sua madeira era utilizada na construção de móveis e navios. Sua exploração se deu, sobretudo, com o árduo trabalho das tribos nativas do litoral brasileiro. A exploração rudimentar deixou um largo rastro de destruição das florestas nativas, sendo rápida sua decadência. O melhor das matas costeiras aonde se encontrava as árvores se esgotou em poucos decênios. Mesmo assim, uma reduzida exportação sem importância em relação aos outros setores da economia brasileira perdurou até o começo do século XIX.

<sup>7</sup> “A primeira concessão relativa ao pau-brasil data de 1501 e foi outorgada a um Fernando de Noronha (...) associado a vários mercadores judeus. A concessão era exclusiva, e durou até 1504. Depois desta data, por motivos que não são conhecidos, não se concedeu mais a ninguém, com exclusividade, a exploração da madeira que passou a ser feita por vários traficantes”. (Caio Prado, 2000, p.26)

<sup>8</sup> No Tratado “o mundo foi dividido em dois hemisférios, separados por uma linha que imaginariamente passava a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. As terras descobertas a oeste desta linha pertenciam à Espanha; as que se situassem a leste da linha caberiam a Portugal” (Fausto, 2006, p.17).

<sup>9</sup> “No seu intento de constituir a chamada “França Antártica” ocuparam o atual território do Rio de Janeiro (1553-1565). E estabeleceram-se mais tarde (1612-1615) no Maranhão. Vencidos em ambas tentativas, conseguiram êxito ao fixar-se ao norte da foz do rio Amazonas, onde constituíram a Guiana Francesa”. (Brum, 2000, p.134)

Mas o que explica tamanho interesse em torno de terras de escassa utilização econômica? Boa parte da resposta pode estar no ouro e na prata acumulado pelas velhas civilizações do México e do Peru e apropriados pela Espanha, pois é certo que tal achado suscitou enorme interesse pelas novas terras americanas. No Brasil os metais preciosos foram procurados inutilmente por quase dois séculos<sup>10</sup>.

Na década de 1530 o Rei de Portugal procurou defender as terras brasileiras através da ocupação efetiva pelo povoamento e colonização<sup>11</sup>. Tarefa difícil já que “ninguém se interessava pelo Brasil” (Caio Prado, 2000, p. 31). Sem recursos financeiros e humanos para empreender uma ocupação em larga escala, D. João III decidiu implantar em 1532 o sistema de capitanias hereditárias, no qual dividia a costa brasileira em quinze faixas horizontais e as doava para quem desejasse explorá-las. Foram apenas 12 os indivíduos interessados, gente da pequena nobreza, burocratas e comerciantes, todos ligados à Coroa, “indivíduos de pequena expressão social e econômica” (idem). E apesar das grandes regalias e da concessão de poderes soberanos, apenas dois destes tiveram sucesso, Martim Afonso de Souza na capitania de São Vicente e Duarte Coelho na capitania de Pernambuco.

Em fins dos anos 1540 já estava claro para o governo português às dificuldades em levar adiante o processo de colonização no Brasil. A instalação de um governo geral em 1549 em Salvador foi tomada num momento de fragilidade da Coroa portuguesa no plano mundial.

“Em primeiro lugar, surgiram os primeiros sinais de crise nos negócios da Índia. Portugal sofrera também várias derrotas militares no Marrocos, embora o sonho de um império africano ainda não estivesse extinto. No mesmo ano em que Tomé de Souza foi enviado ao Brasil como primeiro governador-geral (1549), fechou-se o entreposto comercial português de Flandres, por ser deficitário. Por último, em contraste com as terras do Brasil, os espanhóis tinham crescente êxito na exploração de metais preciosos em sua colônia americana, e em 1545 haviam descoberto a grande mina de prata de Potosí. Se todos esses fatores podem ter pesado na decisão da Coroa, devemos lembrar que,

---

<sup>10</sup> “Lá por 1696 fazem-se as primeiras descobertas positivas de ouro no centro do que hoje constitui o Estado de Minas Gerais (onde atualmente se acha a cidade de Ouro Preto). Os achados depois se multiplicaram sem interrupção até meados do século XVIII, quando a mineração do ouro atinge no Brasil sua maior área de expansão geográfica, e alcança o mais alto nível de produtividade”. (Caio Prado, 2000, p.57)

<sup>11</sup> “A expedição de Martim Afonso de Souza (1530-1533) (...) tinha por objetivo patrulhar a costa, estabelecer uma colônia através da concessão não-hereditária de terras aos povoadores que trazia (São Vicente, 1532) e explorar a terra tendo em vista a necessidade de sua efetiva ocupação”. (Fausto, 2006, p.18)

internamente, o fracasso das capitanias tornou mais claros os problemas da precária administração da América Lusitana”. (Fausto, 2006, p.17)

A instituição do governo-geral representou um esforço de centralização administrativa. Teve como propósito garantir a posse territorial do Brasil, colonizá-lo e organizar as rendas da Coroa. Para tanto foram criados um conjunto de cargos – entre os mais importantes estavam o de ouvidor, capitão-mor e provedor-mor – para o cumprimento destas finalidades.

“Das medidas políticas que então foram tomadas resultou o início da exploração agrícola das terras brasileiras, acontecimento de enorme importância na história americana. De simples empresa espoliativa e extrativa (...) a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva européia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanentemente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu”. (Furtado, 2000, p.5)

Coube aos portugueses a primazia no empreendimento da exploração agrícola da cultura da cana-de-açúcar. Para Furtado, se não fosse o êxito da primeira grande empresa colonial agrícola européia, “a defesa das terras do Brasil ter-se-ia transformado em ônus demasiado grande e (...) dificilmente Portugal teria perdurado como grande potência colonial na América” (2000, p.6). Ele apresenta um conjunto de fatores que foram particularmente favoráveis neste negócio: a experiência portuguesa nas ilhas do Atlântico, Madeira e Cabo Verde, na produção do açúcar; a parceria entre portugueses e flamengos no campo comercial – expandiram o mercado de açúcar na segunda metade do século XVI; a participação dos capitais flamengos no financiamento do refino e comercialização do açúcar, assim como nas instalações produtivas no Brasil e na importação da mão-de-obra escrava africana; e, o fato de os portugueses já serem senhores do mercado africano de escravos.

Durante mais de um século e meio, a produção de açúcar baseada na grande propriedade, no trabalho escravo e voltada à exportação, “representará praticamente a única base em que assenta a economia brasileira”<sup>12</sup> (Caio Prado, 2000, p.38-9). Em termos regionais, a empresa açucareira foi a principal atividade econômica do Nordeste, que até meados do século XVIII concentrou as atividades econômicas e a vida social

---

<sup>12</sup> “Ao longo do período colonial, o açúcar ocupou sempre o primeiro lugar no valor das exportações brasileiras, ao menos no comércio legal” (Brum, 2000, p.136). Longe de competir com o açúcar, o fumo aparece como a segunda maior atividade destinada à exportação.



mais significativa da colônia. Neste mesmo período, o Sul apresentava-se como uma área menos urbanizada e sem vinculação direta com a economia exportadora.

A produção açucareira estabeleceu-se no Brasil em bases mais sólidas durante as décadas de 1530 e 1540. O crescimento da demanda na Europa e à inexistência de concorrência entre 1570 e 1620 favoreceu a uma conjuntura de expansão<sup>13</sup>. Isto num momento de expansão financeira (fins do século XVI e início do século XVII) em que a competição intercapitalista e interestatal se aprofundava.

Foi rápido o desenvolvimento da indústria açucareira, decuplicou no último quartel do século XVI. A colônia açucareira fora excepcionalmente rica. A renda gerada por essa economia, nos cálculos de Furtado, deveria aproximar-se de 2 milhões de libras, e estava fortemente concentrada em mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana, e dos comerciantes flamengos. Parte considerável dessa renda era despendida no consumo de bens importados, e havia enorme margem para capitalização, “suficientemente rentável para autofinanciar uma duplicação de sua capacidade produtiva cada dois anos” (2000, p.48). O fato desta elevada margem de capitalização ter sido pouco utilizada evidencia que o crescimento do negócio foi governado pela possibilidade de absorção dos mercados compradores. Eram, portanto, os comerciantes que tomavam as decisões fundamentais da indústria açucareira.

Já o início da Guerra dos Trinta Anos (em 1618) na Europa trouxe complicações para o negócio açucareiro.

“Na década de 1630 surgiu a concorrência. Nas pequenas ilhas das Antilhas, a Inglaterra, a França e a Holanda iniciaram o plantio em grande escala, provocando uma série de efeitos negativos na economia açucareira do Nordeste. A formação de preços fugiu ainda mais das mãos dos comerciantes portugueses e dos produtores coloniais no Brasil. A produção antilhana, também com base no trabalho escravo, gerou uma elevação do preço dos escravos e incentivou a concorrência de holandeses, ingleses e franceses no comércio negreiro da costa africana. Nunca mais a economia açucareira do Brasil voltaria aos “velhos bons tempos””. (Fausto, 2006, p.42-3)

O Brasil foi o maior produtor mundial de açúcar até meados do século XVII, quando as colônias da América Central e Antilhas apareceram como sérios concorrentes. A parceria entre Portugal e Países-Baixos desapareceu com a união das coroas portuguesa

---

<sup>13</sup> “A economia escravista [açucareira] dependia (...) em forma praticamente exclusiva, da procura externa”. (Furtado, 2000, p.56)

e espanhola entre 1580 e 1640<sup>14</sup>, e mesmo depois, pois as invasões holandesas ao Brasil duraram trinta anos (1624-1654).

De uma fase de relativa liberdade comercial (1530-1571), o período compreendido pela união entre as duas Coroas caracterizou-se por restrições crescentes à participação de outros países no comércio colonial. Foram profundas as modificações da política de Portugal para com a colônia brasileira. O liberalismo do passado fora substituído por um regime de monopólios e restrições voltados a canalizar para o Reino o resultado de todas as atividades exploradas da colônia. Assim pretendia compensar suas perdas no oriente.

“O que estes [os Portugueses] aspiravam para sua colônia americana é que fossem uma simples produtora e fornecedora de gêneros úteis ao comércio metropolitano e que se pudessem vender com grandes lucros nos mercados europeus. Este será o objetivo da política portuguesa até o fim da era colonial. E tal objetivo ela o alcançaria plenamente, embora mantivesse o Brasil, para isto, sob um rigoroso regime de restrições econômicas e opressão administrativa; e abafasse a maior parte das possibilidades do país”. (Caio Prado, 2000, p.55)

#### IV. Considerações finais

Parece-nos apropriada à afirmação de que “a formação da sociedade brasileira não foi um processo autônomo, mas um episódio da expansão do moderno sistema mundial, centrado na Europa” (Benjamin, 1997, p.23). O Brasil desde cedo se inseriu como periferia da economia-mundo européia. Mas quando foi que nos submetemos ao controle administrativo efetivo dos portugueses? Quando passamos a fazer parte do sistema global de divisão do trabalho? Já no período compreendido pelo estabelecimento das feitorias comerciais, em momento anterior ao processo de ocupação efetiva da terra *brasilis*?

---

<sup>14</sup> “De 1580 a 1640 a coroa portuguesa esteve reunida à da Espanha. (...) Foi um período sombrio da história portuguesa. Descuraram-se por completo seus interesses, e o reino teve de participar da desastrosa política guerreira dos Habsburgos na Europa, contribuindo para ela com gente e avultados recursos. Portugal sairia arruinado da dominação espanhola, a sua marinha destruída, o seu império colonial esfacelado. Os Países-Baixos e a Inglaterra, com que a Espanha estivera em luta quase permanente, ocuparão, para não mais a devolver, boa parte das possessões portuguesas. Estava definitivamente perdido para Portugal o comércio asiático; as pequenas colônias que ainda conservará no Oriente não têm expressão apreciável. Efetivamente só lhe sobriariam do antigo império ultramarino o Brasil e algumas posses na África”. (Caio Prado, 2000, p.49)

Como vimos, foi somente com a instalação do governo-geral em 1549 que Portugal empreendeu um esforço maior de centralização de seu domínio administrativo sob sua colônia na América. Por outro lado, terá o emprego da mão-de-obra escrava indígena na extração do pau-brasil, durante 1500-1530, feito parte da divisão global do trabalho no período?

De qualquer modo, nos parece certo de que com o estabelecimento da produção açucareira em bases mais sólidas, entre 1530 e 1540, e, sobretudo, na fase de expansão da atividade açucareira, entre 1570 e 1620, o Brasil passa a inserir-se enquanto periferia desta economia-mundo. A própria participação do Brasil na cadeia mercantil do açúcar, assentado no trabalho escravo e estando fora dos elos mais rentáveis desta cadeia, refino e comercialização – para Furtado, parte substancial dos capitais aplicados na produção açucareira deveriam pertencer aos comerciantes – revela mesmo nossa inserção na condição de periferia.

Quanto aos vínculos existentes entre o centro e a periferia nosso ensaio lançou pouca luz. Faltou por completo à análise da formação do segundo ciclo sistêmico, sob a hegemonia holandesa, durante o final do período que nos ocupa. Não é tarefa fácil captar os principais elos entre a dinâmica dos ciclos sistêmicos de acumulação genovês e holandês e o processo concomitante de decadência e desintegração do sistema de governo da Europa medieval, e formação do novo sistema interestatal europeu, durante o “longo século XVI”, e o início do processo de colonização das terras brasileiras, desde o estabelecimento de feitorias, passando pelo processo de ocupação efetiva até a etapa de rápida expansão da produção de açúcar. Trata-se de uma lacuna na nossa historiografia.

“... a importante produção historiográfica econômica brasileira (...) embora não chegue a isolar os processos regionais e locais, não os vê como concretizações ou manifestações sistêmicas, ou melhor, não se preocupa em mostrar os vínculos entre os grandes processos sistêmicos e os processos internos à *terra brasilis*”. (Vieira, 2008, p.21)

Caio Prado foi um dos grandes historiadores a estudar o processo da formação econômica do Brasil, e revelou o verdadeiro sentido da colonização desde o plano mundial.

“No seu conjunto, e observada no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos

naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos”. (Caio Prado, 2000, p.23)

Também Furtado procurou descortinar uma ampla perspectiva. Reconheceu que à grande plantação de produtos tropicais não constitui sistema autônomo, e em seu trabalho procurou estabelecer as relações de dependência entre o Brasil e demais economias européias.

“Sendo uma grande plantação de produtos tropicais, a colônia estava intimamente integrada nas economias européias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de outros maiores”. (Furtado, 2000, p.100)

Acreditamos que por apresentar a dinâmica do “sistema maior”, a perspectiva da Economia Política dos Sistemas-Mundo representa a unidade referencial espacial e temporal adequada à análise das mudanças dos processos políticos, econômicos e sociais, também em escala local. Nosso trabalho é assim mais um convite ao desenvolvimento de pesquisas desde a análise dos Sistemas-Mundo.

## REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro : Contraponto, 1997.
- BENJAMIN, César (Org.) A opção brasileira. Rio da Janeiro : Contraponto, 1998.
- BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII: O Tempo do Mundo. São Paulo : Martins Fontes, 1998.
- BRUM, Argemiro. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 21. ed. Petrópolis : Vozes, 2000.
- FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. 2. ed. São Paulo : Edusp, 2006.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 27. ed. São Paulo : Publifolha, 2000.
- PRADO Jr, Caio. História Econômica do Brasil. 44. ed. São Paulo : Brasiliense, 2000.
- VIEIRA, P. A. O Brasil nos cuadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c.1800: Esboço de caracterização através da cadeia mercantil do açúcar. (Mimeo)
- WALLESTEIN, Immanuel. *El Moderno Sistema Mundial : La agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI*. México : Siglo veintiuno, 9.ed, 1999.